

MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE

Jonas Gonçalves Coelho

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Bauru

Recebido em: 21/05/2002

Aceito em: 09/06/2004

RESUMO: Tratamos da relação entre identidade e memória. Procuramos mostrar, a partir de um caso de patologia de memória, que o que somos, pessoal ou coletivamente, está intimamente relacionado à história que antecedeu o nosso presente, incluindo aí a história anterior ao nosso nascimento. Nesse sentido, o presente traz as marcas do passado, e isso é memória, sendo a lembrança consciente apenas uma dentre essas marcas.

PALAVRAS-CHAVE: ordenamento jurídico-penal; antinomia; critérios de solução.

MEMORY, HISTORY AND IDENTITY

ABSTRACT: We considered the relationship between identity and memory. We intended to show, from a case of memory pathology, that what we are, personally and collectively, psychologically and physically, depends on our preceding history and experiences. The present brings marks of the past, being the conscious memories only one of its aspects.

KEY WORDS: identity; history; memory.

1 INTRODUÇÃO

Quem sou (somos)? De onde venho (vimos)? Para onde vou (vamos)? Essas questões, que para muitos são fundamentais, embora possam ser formuladas independentemente, aparecem freqüentemente juntas, sugerindo uma relação entre passado, presente e futuro, ou seja, o que somos relaciona-se a eventos passados, os quais, por sua vez, junto com os acontecimentos presentes, são relevantes para o futuro.

Pensar numa relação entre passado, presente e futuro, isto é, numa perspectiva histórica, não significa necessariamente que se privilegia a mudança, pois muitos acreditam que somos essencialmente os mesmos desde a nossa infância ou há milhares de anos, considerando que as mudanças ocorridas ao longo de nossa história pessoal ou coletiva, ainda que extraordinárias, são acréscimos que não afetam a nossa essência ou identidade.

Que tipo de relação pode ser estabelecida entre o que somos, nossa identidade pessoal e coletiva e a nossa história pessoal e coletiva? Como o passado é o que não é mais, o futuro, o que não é ainda e o instante presente, o que já passou, o que está sempre mudando, devemos considerar o papel da memória, ou seja, a íntima relação entre história, identidade e memória.

Começaremos refletindo sobre a relação entre identidade, história e memória no âmbito individual e, a seguir, a partir de algumas sugestões provenientes dessa análise, estenderemos nossa reflexão à história coletiva, quer dizer, iremos da memória individual para a memória social.

2 IDENTIDADE, HISTÓRIA E MEMÓRIA PESSOAL

Para compreender a relação entre identidade, história e memória no âmbito individual, consideraremos a extraordinária história de Jimmie G., narrada pelo neurologista e escritor Sacks (2001) em seu livro *O homem que confundiu*

* **Correspondência:**

E-mail: jonas@faac.unesp.br

sua mulher com um chapéu, um coletânea de casos de doenças neurológicas que afetam principalmente as funções mentais. Vejamos o que esse caso patológico pode nos ensinar a respeito do “normal”.

Jimmie era portador da síndrome de Korsakov, causada pela destruição alcoólica dos neurônios dos corpos mamilares do cérebro. Trata-se, portanto, de uma doença cuja causa é física.

Sua patologia caracterizava-se por uma devastação grave e permanente da memória, o que incluía a amnésia retrógrada e a perda da memória recente. Korsakov escreveu em 1887: “A perturbação ocorre quase exclusivamente na memória dos eventos recentes; as impressões recentes, ao que parece, extinguem-se mais rápido, enquanto as impressões de muito tempo atrás são lembradas adequadamente, de modo que a engenhosidade do paciente, sua perspicácia e habilidade permanecem em grande medida intactas.” (KORSAKOV, 1887, p. 45)

Segundo relato de seu irmão, Jimmie passou a beber demais por volta de 1965, quando saiu da marinha, e ainda mais em 1970, quando, por tornar-se excitado e confuso, foi internado no Hospital de Bellevue. Em 1975, com 49 anos de idade, Jimmie não se recordava do que acontecera após 1945, época em que tinha dezenove anos.

Desse modo, Jimmie, aos 49 anos, lembrava-se, com riqueza de detalhes, do que vivenciara até os 19 anos, conservando, além dos conhecimentos, as habilidades até então adquiridas. Por exemplo, nos testes de inteligência, demonstrava grande capacidade, era perspicaz, observador e lógico, resolvia sem dificuldades problemas complexos e quebra-cabeças, sabia ler, escrever, jogar damas e xadrez, era excelente em cálculos aritméticos e algébricos, conhecia os elementos químicos da tabela periódica, recordava-se de seu irmão e o reconhecia.

Tudo a partir dessa idade foi apagado da memória de Jimmie. Ao ver seu irmão, embora o reconhecesse, não entendia por que parecia tão velho. Não reconhecia uma fotografia da Terra tirada da Lua, surpreendendo-se ao ser informado de que o homem havia ido à Lua. Não se lembrava de ter visto um porta-aviões, embora tivesse servido na marinha até 1965, em perfeitas condições de saúde.

Jimmie afirmava estar em 1945, e ao ser colocado diante de um espelho, empalidecia, dizia não saber o que estava acontecendo, se era pesadelo ou loucura, entrando em pânico. Não sabia o motivo pelo qual não tinha aparência de 19 anos e sim de uma pessoa idosa.

Além dessa forma de amnésia retrógrada, Jimmie sofria uma perda severa da memória recente. Tudo o que lhe era dito ou mostrado tendia a ser esquecido em poucos segundos. Por exemplo, após chocar-se com sua aparência no espelho, bastava levá-lo até a janela para que ele se esquecesse do ocorrido e ficasse tranqüilo. Mas esquecia-se também do médico, não demonstrando conhecê-lo cada vez que o encontrava. Embora convivesse todos os dias com as mesmas pessoas no asilo onde estava internado, demonstrava não as conhecer. Resolvia problemas e quebra-cabeças que não exigissem muito tempo, pois esquecia o que estava fazendo. Tinha facilidade nos cálculos, se pudessem ser feitos em velocidade relâmpago, pois se houvesse muitas etapas, tempo demais no processo, ele esquecia onde estava e qual era a questão. Por isso tinha dificuldades para jogar xadrez.

O que essa trágica história de Jimmie, apresentada aqui de maneira concisa, pode nos ensinar sobre a relação entre memória, história e identidade?

A amnésia retrógrada de Jimmie mostra que o que somos a cada momento de nossas vidas depende do que vivenciamos desde o nascimento e que é preservado sob a forma de lembranças e de características adquiridas. Jimmie, fisicamente um homem de 49 anos de idade, após seu déficit de memória que apagou o vivenciado nos 30 anos anteriores, volta a ser psicicamente o homem que era aos 19 anos. Lembra-se apenas do que aprendeu até essa idade, das pessoas que conheceu, preservando as habilidades que adquiriu. Assim, a memória não é constituída apenas por lembranças mas também pelas marcas que o passado deixa no presente. É nesse sentido que se pode considerar que uma árvore, por exemplo, tem memória e por isso os traços deixados no presente permitem reconstituir a sua idade.

Pode-se supor que a doença de Jimmie poderia tê-lo transformado, por exemplo, num menino de 8 anos de idade? Se fosse apagada a memória do que vivenciou desde o nascimento, Jimmie seria, aos quarenta e nove anos, um recém-nascido? Teria consciência de algo e de si?

A doença de Alzheimer pode nos ajudar a responder a essa questão. Segundo o neurologista Damásio (2000) no seu livro *O mistério da consciência*, essa doença, em seus quadros iniciais, é dominada pela perda da memória. À medida que aumenta essa devastação, observa-se uma degradação progressiva da consciência dos outros e de si mesmo. Em determinado estágio da doença, o paciente não reconhece as pessoas com quem conviveu durante muitos anos; mais ainda, pedir àqueles que estão à sua volta que lhe digam quem ele é, chegando ao ponto extremo de não reagir à presença nem à solicitação externa.

A perda da memória recente de Jimmie é também muito sugestiva, mostrando que sem memória não há história,

não há mudança. Se Jimmie vivesse 90 anos, embora seu corpo denunciasse sua idade, psiquicamente ele continuaria sendo o mesmo homem de 19 anos. Todas as suas novas vivências seriam quase que imediatamente esquecidas. Com a abolição da memória, não haveria mais história para Jimmie. O que seríamos se a cada momento nos esquecêssemos de tudo que vivenciamos anteriormente?

Suponhamos agora que Jimmie tenha feito um diário detalhado durante sua vida e anexado a ele fotos de pessoas e de objetos, por exemplo. Embora não houvesse lembranças pessoais do período afetado pela amnésia, seu diário funcionaria como uma memória artificial, fornecendo-lhes informações que poderiam ser relevantes para seu estado presente, principalmente se a doença não tivesse afetado sua memória recente. Seu irmão também poderia funcionar como uma memória artificial, narrando-lhe acontecimentos desse mesmo período. É mais ou menos assim que temos acesso ao passado anterior ao nosso nascimento, que funciona a história que aprendemos na escola.

3 IDENTIDADE, HISTÓRIA E MEMÓRIA SOCIAL

Temos conhecimento a respeito do período que antecede ao nosso nascimento por meio de duas formas principais: a oral e a escrita.

Por meio de nossos pais, avós, professores, dentre outros, recebemos oralmente uma série de informações a respeito da nossa história familiar, da história da comunidade a que pertencemos, assim como uma visão de mundo, a qual envolve valores morais, princípios religiosos e justificativas para práticas e costumes também herdados.

Mas, sem dúvida, a escrita é em nossa cultura uma fonte privilegiada de informações a respeito de nosso passado. Inclusive muitos dos conhecimentos que adquirimos sobre esse período, embora sejam transmitidos oralmente, foram obtidos por meio da leitura. Não é por acaso que muitos consideram que a história nasce com a escrita e que nossos livros de História Geral, após breves considerações sobre a Pré-história, começam pelas civilizações sobre as quais temos informações relevantes a partir de material escrito. Os achados arqueológicos, como ferramentas, utensílios de uso diário e armas, embora forneçam informações relevantes sobre a história de um determinado grupo social, não têm, na perspectiva da História ensinada nas escolas, a mesma abrangência que a escrita. Daí a distinção entre História e Pré-História.

A escrita tem um papel fundamental na história humana não apenas porque com ela temos uma série de informações relevantes a respeito de nosso passado, funcionando como lembrança artificial, mas também porque ela permite de maneira muito mais efetiva a mudança e, nesse sentido, a própria história. Afinal, é com uma certa limitação que podemos falar em história quando não existem mudanças fundamentais. Basta ver que mudanças de mentalidade e transformações tecnológicas aconteceram de maneira muito mais rápida entre povos que dominaram a escrita e foram muito mais lentos na pré-história. Entendemos que a escrita é condição necessária, embora não suficiente, para mudanças importantes nos vários grupos sociais, apesar de não ignorarmos que existem povos que dominam a escrita e que, sob muitos aspectos, continuam estagnados.

Nesse sentido, considero bastante sugestiva a tese defendida pelo filósofo Lévy em seu livro “O que é o virtual?”

“O aparecimento da escrita acelerou um processo de artificialização, de exteriorização e de virtualização da memória que certamente começou com a hominização... ao nos fazer conceber a lembrança como um registro, ela transformou o rosto de Mnemósine. A semi-objetivação da memória no texto certamente permitiu o desenvolvimento de uma tradição crítica. Com efeito, o escrito cava uma distância entre o saber e seu sujeito. É talvez porque não sou mais o que sei que posso recolocar este saber em questão. Virtualizante, a escrita dessincroniza e deslocaliza. Ela fez surgir um dispositivo de comunicação no qual as mensagens muito freqüentemente estão separadas no tempo e no espaço de sua fonte de emissão, e portanto são recebidas fora de contexto. Do lado da leitura, foi portanto necessário refinar as práticas interpretativas. Do lado da redação, teve-se que imaginar sistemas de enunciados auto-suficientes, independentes do contexto, que favoreceram as mensagens que respondem a um critério de universalidade, científica ou religiosa. Com a escrita, e mais ainda como alfabeto e a imprensa, os modos de conhecimento teóricos e hermenêuticos passaram portanto a prevalecer sobre os saberes narrativos e rituais das sociedades orais. A exigência de uma verdade universal, objetiva e crítica só pôde se impor numa ecologia cognitiva largamente estruturada pela escrita, ou, mais exatamente, pela escrita sobre suporte estático.” (LÉVY, 2000, p. 36)

Privilegiamos a escrita porque estamos tratando da história. Se considerarmos a pré-história, ou seja, o período

que remonta ao surgimento biológico do homem, o momento de separação entre homem e macaco há seis milhões de anos, o surgimento da linguagem num sentido mais geral, condição para o surgimento da própria escrita, e para uma História que nela se apóia, é da mais alta importância.

Se a nossa memória do passado histórico é em grande parte uma memória artificial, constituída em larga medida pela escrita, podemos inferir, partindo de uma analogia com o caso de Jimmie, que se essa memória fosse apagada, se todos os escritos fossem destruídos e junto com eles nossas lembranças pessoais, não saberíamos o que aconteceu anteriormente, as ferramentas, utensílios e tecnologia herdados não fariam sentido para nós, e, principalmente, isso interferiria profundamente no que somos, na nossa identidade. Em outras palavras, voltaríamos a ser pré-históricos. Mais ainda, se, a cada momento, a memória do passado fosse apagada, a rigor não haveria história coletiva, pois o futuro, por mais distante que seja, seria muito parecido com o presente.

Podemos postular também que uma criança que aprendeu a ler aos sete anos de idade refaz desde o seu nascimento a história de milhões de anos, toda a pré-história, tempo que levou o surgimento da escrita¹. Ao adquirir conhecimentos por meio dos livros, essa mesma criança se apropria de uma história de mais alguns milhares de anos, o que contribui, sem dúvida, para a construção de sua identidade.

Inferimos também que se essa criança fosse, desde o nascimento, criada por macacos, ela seria, do ponto de vista psíquico e, até certo ponto, físico, um macaco. Já é por demais conhecida a história do menino lobo. Se a colocássemos em um túnel do tempo, transportando-a para um grupo de humanos que viveram há 100 mil anos, ela seria como eles, ou seja, não conheceria agricultura, arco e flecha, metalurgia, agulhas de osso, etc. Talvez o mesmo possa se dizer a respeito de alguém que nascesse há 100 mil anos e fosse colocado num túnel do tempo e educado por nós. Seria um cidadão do século XXI.

4 CONCLUSÃO

A partir das considerações anteriores, concluímos que a memória é indispensável para a noção de continuidade psíquica, ou seja, é por meio dela que nos percebemos como a mesma pessoa ou mesmo grupo social, apesar das mudanças interiores e exteriores.

Dois aspectos fundamentais da vida psicológica individual, a da vida coletiva, a continuidade e a mudança, estão intimamente relacionados à memória e, portanto, à história. Segundo o filósofo francês Henri Bergson, é a memória que une o antes e o depois, é por ela que o que não é mais continua no que é, é ela que liga dois instantes, propiciando a sucessão, ou seja, se não houvesse conservação do passado, a consciência “se esqueceria sem cessar de si mesma, pereceria e renasceria a cada instante”. O filósofo diz ainda que é a memória que explica a incessante mudança interior (e por que não a mudança em geral?), o fato de não haver dois momentos idênticos, de cada momento conter além do momento precedente a lembrança ou a marca que este lhe deixou. É a sobrevivência do passado no presente. Tudo o que vivenciamos desde o nosso nascimento, e de certa forma tudo o que o antecede, nos acompanha, ou seja, o que somos, individual ou coletivamente, é a condensação da história que herdamos e da que vivemos e é com esse passado integral que desejamos, queremos, agimos, projetamos, etc. Como esse processo é contínuo, não somos os mesmos individual ou coletivamente a cada momento de nossa história.

Entendemos, assim, que a memória é indispensável para que nos vejamos como os “mesmos” que permanecem, apesar das mudanças. Ela também é imprescindível para a constituição de identidades semelhantes ou distintas, em virtude das histórias pessoais ou coletivas comuns ou não, parecidas ou diferentes. E, ainda, que a memória é, em grande parte, responsável pela inexistência de uma identidade permanente.

Para concluir, gostaríamos de destacar duas coisas. Primeiro, que a importância da memória para a constituição de identidades pessoais ou coletivas independe de sua fidelidade em relação a fatos realmente ocorridos. É por demais conhecido que muitas de nossas informações a respeito do passado são reconstruções pessoais e coletivas as quais sofrem influências do presente. Freud, por exemplo, postulou que muitas de nossas lembranças da infância não correspondem a fatos realmente vivenciados, mas são fantasias construídas posteriormente sob a ação do desejo. Muitos estudos psicológicos mostram que informações recebidas sobre o nosso passado podem transformar-se em lembranças a respeito do mesmo. E, ainda, deve-se considerar o fato de que assim como o presente é construído socialmente, o passado é reconstruído atendendo às exigências e aos interesses da vida social e de seus principais porta-vozes.

Gostaríamos de destacar também que ao enfatizar a profunda relação entre o presente e o passado, não estamos postulando que o que somos é determinado pelo que vivenciamos anteriormente, que o passado determina o futuro de

tal modo que poderíamos, em princípio, prever um a partir do outro.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGSON, H. **A consciência e a vida**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DAMÁSIO, A. **O mistério da consciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LÉVY, P. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 2001.

MITHEN, S. **A pré-história da mente**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SACKS, O. **O homem que confundiu sua mulher com um chapéu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOTAS

1 - Steven Mithen apresenta, em seu livro *A pré-história da mente*, um quadro sintético dos achados arqueológico referentes à evolução humana no qual aparecem os atores, nossos ancestrais, os lugares onde foram encontrados os fósseis assim como os objetos reveladores do desenvolvimento da mente humana, de suas inteligências naturalista, técnica, social e geral. Segundo informações de Mithen, os primeiros utensílios de pedra datam de 3 a 2 milhões de anos, não sendo fácil distingui-los de rochas naturais. Ferramentas de pedra consistindo de lascas removidas de seixos e o “núcleo” restante datam de 2 a 1,5 milhão de anos. Machados de mão datam de 1,4 milhões de anos. A técnica de retirada de lascas após preparação cuidadosa do núcleo data de 250 anos. Lâminas, ou seja, lascas de pedra longa e fina datam de período anterior a 100 mil anos, enquanto a produção de lanças remonta a quarenta mil anos. Embora existam evidências de ossos sendo utilizados como ferramentas há 500 mil anos, os primeiros artefatos de osso trabalhados como arpões datam de 90 mil anos. As primeiras agulhas de osso datam de 18 mil anos. Objetos de arte e ornamentos pessoais têm 40 mil anos de idade. Ainda segundo Mithen: “Durante os últimos 40 mil anos, os momentos marcantes foram o primeiro emprego da tecnologia de cerâmica na feitura de figurinhas de argila, há 26 mil anos, e que se estendeu ao fabrico de vasos, por volta de mil anos atrás. As primeiras domesticações de animais e cultivo de plantas, há 10 mil anos, e os primeiros escritos há 5 mil anos. A lista inclui também a fundição de metais, com 4 mil anos de idade, e o arco e a flecha, inventados vinte mil anos antes da criação da bomba atômica. Em apenas 6 mil anos, os primeiros veículos com rodas transformaram-se em espaçonaves.” (p. 43)

